

O PROJECTO *ei* LANÇADO PELA BN: ENTRE “O UTILIZADOR DE SERVIÇOS DE EMPRÉSTIMO INTERBIBLIOTECAS” E “O SONHO DE MARY JACKSON”

Elisa Soares

Biblioteca Nacional

Tel: 217982163

E-mail: esoares@bn.pt

RESUMO

O projecto *ei* da Biblioteca Nacional procura fazer a ligação entre o conceito “utilizador de empréstimo interbibliotecas” aplicado aos serviços disponíveis nesse âmbito em vários tipos de bibliotecas portuguesas, e o acesso irreversível aos desenvolvimentos tecnológicos abrangendo gradualmente este sector. O projecto *ei*, que procura contribuir para a normalização das práticas a nível nacional, disponibiliza no portal da BN, 8 dos 18 gráficos resultantes de um inquérito enviado a 320 bibliotecas portuguesas, para serem objecto de comentário em lista de discussão, comentário que se espera da parte de todas as bibliotecas interessadas, independentemente das suas tutelas, avanços tecnológicos, obrigações e públicos-alvo. Indicam-se alguns modelos de partilha de recursos de informação, bem como tendências gerais relativas a serviços de empréstimo interbibliotecas em bibliotecas portuguesas, e descrevem-se previsões acerca das linhas de evolução dominantes de acordo com especialistas na matéria. Expressam-se ainda expectativas no âmbito do projecto *ei*.

PALAVRAS-CHAVE: Empréstimo interbibliotecas (EI), normalização, Protocolo ILL (Interlibrary Loan Protocol) 10160/61

INTRODUÇÃO

O objectivo desta intervenção é explicitar o que está subjacente a um projecto lançado recentemente pela BN e ainda em curso – o *ei* – articulando-o com uma figura genérica chamada “utilizador de empréstimo interbibliotecas”, e com uma utopia tecnológica, defendida ao longo dos últimos anos pela bibliotecária americana Mary Jackson, e segundo a qual cada biblioteca pode ser auto-suficiente para trocar documentos com outra biblioteca que tenha um sistema diferente do seu, desde que disponha de um sistema de gestão com um módulo de empréstimo interbibliotecas incorporando o Protocolo ILL (Interlibrary Loan), e no contexto de uma cooperação globalizada – diga-se, tecnológica - entre bibliotecas.

O projecto *ei* – que adiante se explicita – é assim apresentado, numa primeira abordagem, como uma ponte entre as expectativas dos utilizadores de serviços de empréstimo interbibliotecas, inferidas a partir das declarações de um número significativo de bibliotecas

portuguesas acerca dos respectivos serviços, e as vantagens e implicações do acesso crescente, generalizado e irreversível às aplicações ou módulos de gestão de EI que interagem com os módulos mais comuns de catalogação ou de circulação e empréstimo em sistemas de gestão integrada de bibliotecas, pertencentes à geração dos computadores Open Systems Interconnection (OSI).

Cientes das exigências da e-comunidade, das principais tendências mundiais do EI, das diferenças abismais entre os países do ponto de vista económico, cultural, educativo e tecnológico, conscientes que estão em causa questões tão iminentes como a Lei do Depósito Legal e a dos Direitos de Autor, entendemos que o EI é um bom motivo para o estreitamento de relações entre bibliotecas portuguesas, independentemente das suas tutelas, avanços tecnológicos, obrigações e públicos-alvo.

Começamos por definir cada um dos componentes do título.

O primeiro termo a definir é “projecto *ei* da BN”.

Preparado desde finais de 2003 no Serviço de Empréstimo da BN da Divisão de Acesso Geral, o projecto resultou da constatação dos efeitos negativos da falta de normalização nas tarefas de EI por parte de algumas bibliotecas portuguesas, efeitos nefastos para os dois lados, erros que nós próprios sem dúvida cometemos no princípio, em 1997, como por exemplo, a não localização prévia de registos bibliográficos em catálogos, a não leitura de regulamentos, ou ainda o pedido de vários – por vezes numerosos – documentos num só fax ou email.

O objectivo do projecto, tal como se expressa na Web, é realizar um documento de trabalho, a partir dos comentários, em lista de discussão, por parte de todas as bibliotecas interessadas, a 8 gráficos dos 18 resultantes dos dados recolhidos de um inquérito. O referido documento de trabalho, validado por todos os intervenientes, poderá dar origem a um Modelo de Código Nacional de Empréstimo Interbibliotecas. Outro dos resultados previstos será publicação em linha dos regulamentos de todas as bibliotecas e dos endereços dos respectivos catálogos.

Este inquérito, acompanhado de uma circular, foi enviado a 320 bibliotecas portuguesas representativas dos seus dois principais tipos, as bibliotecas do ensino superior e

universitário (BES/U) e as bibliotecas públicas e municipais (BP/M), entre as quais as cooperantes da PORBASE, onde esses tipos estão representados de forma desigual.

A partir dos comentários aos dois gráficos relativos aos módulos de gestão de EI, supostamente já em funcionamento em algumas bibliotecas portuguesas, e caso as respostas assim o suscitem, espera-se poder trabalhar a favor de uma estratégia comum relacionada com a implementação do Protocolo ILL.

O segundo termo é “o utilizador de empréstimo interbibliotecas”.

Considerado um dos factores fundamentais nos estudos mais recentes de EI ou ILL, a figura de “utilizador de EI” pode definir-se como o leitor de determinados serviços de bibliotecas cuja função é proporcionar o acesso rápido a documentos não disponíveis localmente. Esta definição sobrepõe-se hoje parcialmente à de “utilizador final”, enquanto leitor de uma biblioteca e que está autorizado a desencadear os seus pedidos sem sair de casa, desde que se identifique através pelo menos de uma palavra-passe.

Neste último caso, o adjectivo para esse tipo de serviços de EI é “não-mediado”.

Como é sabido, o conceito de “utilizador-final” abarca também todo o investigador que pode não utilizar a mediação das bibliotecas para obter reproduções, desde que faça os seus pedidos através de formulários digitais disponibilizados para esse efeito por entidades tão diferenciadas como a Biblioteca Nacional, British Library, Bibliothèque Nationale de France, SUBITO, Institut National de l'Information Scientifique et Technique (INIST), Biblioteca Nacional Australiana, Ingenta, e tantos outros.

Complexas são as causas da evolução das expectativas destes “utilizadores de EI” a respeito do acesso à literatura e à informação especializada, emprestada ou fornecida por outra biblioteca.

Com efeito, esse “utilizador de EI” incorpora hábitos de pesquisa diferenciados, consoante o país e localidade onde vive, o tipo de biblioteca a que acede, o grau de escolaridade, e o conhecimento das ferramentas de investigação permitidas tecnologicamente. Esse “utilizador”, ao viver num determinado local e país, é assim marcado, como toda a figura sociológica, pela contingência da contextualização económica, social, política e cultural.

Sendo alguém cujas necessidades de leitura ou investigação vão além do que lhe é proporcionado localmente, ele é levado a procurar, se tiver conhecimentos, motivação, e possibilidade para isso, no seu PC ou no do quiosque informático mais próximo, os endereços electrónicos dos catálogos de outras bibliotecas, nacionais ou estrangeiras. Se tiver espírito crítico, ele perceberá que cada país mostra nas suas interfaces e nos seus portais a eficácia das respectivas políticas no tocante à organização da informação e do conhecimento.

Observe-se ainda outra especificidade do “utilizador de EI”. Na BN, e em parte nas bibliotecas universitárias, ele é geralmente mestrando, doutorando ou professor, o que indica alguém que, em princípio, está em condições de se orientar na recuperação de literatura especializada, quer através da sua biblioteca, ou enquanto utilizador dos referidos serviços de fornecimento de documentos à distância que respondam directamente ao “utilizador-

final”, serviços disponibilizados na Web por bibliotecas, editores ou organismos científicos estrangeiros.

Deve destacar-se que o EI pode servir outro tipo de utilizadores, como por exemplo no âmbito do ensino à distância e da aprendizagem ao longo da vida, das comunidades prisionais ou do jornalismo de investigação. O terceiro e último termo do título, a carecer de explicação, “o sonho de Mary Jackson”, representa a utopia pessoal de alguém que se empenhou na implementação do Protocolo ILL, utopia essa já concretizada pela associação americana Research Libraries Group com o módulo *ILL Manager*, e que consiste na comunicação inter-pares de dois sistemas de gestão de empréstimo interbibliotecas diferentes, comunicação conseguida em resultado de um trabalho de interoperabilidade.

ALGUNS MODELOS DE PARTILHA DE RECURSOS DE INFORMAÇÃO

A BN, dando continuidade a todas as outras funções essenciais de uma biblioteca nacional, situava-se, à data da criação da PORBASE, em 1986/88, numa posição ímpar no contexto das bibliotecas nacionais europeias.

A base nacional de dados bibliográficos procurava tirar partido dos atrasos e dar um salto para o futuro, beneficiando todas as bibliotecas envolvidas, através de regras de partilha ao nível das aquisições e da catalogação, a par de apoio técnico a proporcionar às bibliotecas cooperantes, universitárias, públicas/municipais e especializadas da administração pública e do domínio privado. Um desses benefícios era o EI, que ganhava forma de lei como uma das atribuições dessa cooperação.

Desde então e até agora, o EI, no contexto da PORBASE, enraizou-se como parte integrante desse todo. No Serviço de EI da BN, determinado pelas atribuições do organismo em causa, que se reflectem no seu funcionamento, o EI desenvolveu-se como parte de um todo maior, que o obriga a dar atenção à evolução global relativa ao sector.

A posição da BN, com a criação da PORBASE, era única se comparada com outras bibliotecas nacionais europeias à data, como a BN espanhola ou a belga. A Biblioteca Nacional de França (BNF) e as bibliotecas nacionais italianas começavam então a trabalhar com organismos independentes para projectos de âmbito nacional, mas esse trabalho só se tornaria visível em meados dos anos 90. Em França, a Agence Bibliographique de l'Enseignement Supérieur (ABES) criava o Catálogo Colectivo das Bibliotecas Universitárias (SUDOC), que viria a ter apoio ao nível do *hardware* da Online Computer Library Center (OCLC), e que passaria a estar disponível no portal da BNF. Em Itália, o Istituto Centrale per il Catalogo Único delle Biblioteche Italiane (ICCU) era encarregado da criação de um Serviço Bibliotecário Nacional (SBN), que viria a integrar um Serviço de Empréstimo Interbibliotecas.

A este respeito, é necessário lembrar um projecto vocacionado para a implementação de um módulo de empréstimo internacional que envolveu bibliotecas italianas e portuguesas, o Alternatives for International Document Availability (AIDA), e que foi desenvolvido somente pelas italianas, dando origem ao serviço de empréstimo do SBN. O seu primeiro objectivo (1) era criar um conjunto de serviços de empréstimo interbibliotecas minimamente normalizados, dirigidos

tanto para o utilizador internacional como nacional. A arquitectura do sistema do empréstimo interbibliotecas do SBN, hoje disponível na Web, mostra o lugar eminente de um Relational Database Management System (RDBMS) ligado a um sistema de programação de Internet Java, que permite descodificar mensagens recebidas através de diferentes http://.

As bases de dados relacionais e os formatos UNIMARC consagraram, com efeito, a possibilidade de comunicação alargada entre bibliotecas, que assim se vêm vocacionadas tecnologicamente para um destino comum. A implementação dos sistemas OSI, da década de noventa, veio reforçar essa inter-conexão e determinar simultaneamente uma tendência para a autonomização das bibliotecas, algumas das quais, em Portugal, têm posto em causa o modelo da PORBASE por não poder dar resposta às exigências da sua própria comunidade, designadamente universitária.

A Biblioteca Nacional do Canadá, agência de manutenção do Protocolo ILL, tem ainda em linha um “documento de discussão” intitulado: “A Canadian Information Resource Sharing Strategy” preparado por um “grupo de trabalho encarregado de rever e actualizar a Estratégia para a Partilha de Recursos de Informação para a Biblioteca Nacional do Canadá”, documento esse que descreve, como resultado de um trabalho conjunto de anos, o contexto geral no qual as bibliotecas canadianas poderão desenvolver sistemas de partilha de recursos coordenados. É enunciada neste documento uma intenção programática muito forte, que tem bastante para nos ensinar.

No campo das generalidades, pode dizer-se que a exigência de literatura especializada, sentida sobretudo nas universidades e nas bibliotecas especializadas - de ciências, das áreas técnicas, da saúde ou económicas - só pode ser satisfeita de forma cooperativa, no contexto do desenvolvimento de consórcios.

É disso exemplo, no nosso país, a Associação Portuguesa de Documentação e Informação de Saúde (APDIS), relativamente auto-suficiente no tocante ao acesso a documentos na área da saúde por parte das bibliotecas que a integram.

Se as bibliotecas universitárias se auto-organizaram sobre pressão destas evidências, e têm feito um esforço para a criação de uma rede própria, como foi recentemente referido das últimas Jornadas Porbase (2), também as bibliotecas públicas se têm transformado graças à contínua acção do IPLB e aos Encontros Nacionais de bibliotecários da Rede Nacional de Leitura Pública (RNLP) que se realizam ininterruptamente desde 1992. O bibliotecário José Calixto, em 1999, no contexto de uma análise da Rede Informática de Leitura Pública (RILP) 2, dizia: “E começámos a perceber que podemos ser um ponto de acesso às tecnologias, e também de aprendizagem das tecnologias, muito importante para grandes sectores das nossas comunidades, precisamente os económica e socialmente mais frágeis.”(3)

O papel da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) tem abrangido o sector do EI do ponto de vista organizacional, visto que se trata de uma área de cooperação entre bibliotecas que decorre da organização e do planeamento nacionais. Com efeito, as directrizes do empréstimo internacional (4) recomendam que um país, na figura da sua biblioteca nacional, ou na de um organismo profissional com

representatividade nacional – como a BAD, por exemplo - desenvolva todos os esforços ao seu alcance para fornecer a outro país os documentos editados no interior das suas fronteiras, e defende que o “empréstimo internacional” se deve basear num bom sistema nacional de EI.

Estas orientações, sucessivamente actualizadas, nasceram nos anos 50. Desde então todas as bibliotecas sofreram importantes mudanças, incluindo as bibliotecas nacionais, cujas atribuições fundamentais têm sido questionadas por um analista prestigiado, Maurice Line, que foi Director Geral da British Library e é hoje consultor independente. Refere ele por exemplo que “o fenómeno da globalização vai tornando as bibliografias nacionais uma irrelevância” (5), visto que ao investigador importa antes de mais o livro que para ele é fundamental, na linguagem que lhe for acessível, independentemente do sítio de onde vier.

SERVIÇOS DE EI EM BIBLIOTECAS PORTUGUESAS

Desde a criação do Serviço de EI da BN, como área diferenciada dentro da Divisão de Acesso Geral, em 1997, mudou o ambiente no âmbito da pesquisa bibliográfica, quer a bibliotecas portuguesas quer estrangeiras.

Se continuamos a pesquisar o “Catálogo de revistas” da Fundação da Ciência e Tecnologia, assim modestamente designado o mais completo catálogo de periódicos portugueses e estrangeiros nacional, é igualmente necessário consultar o catálogo do Sistema Integrado das Bibliotecas da Universidade de Lisboa (SIBUL), o portal do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), que oferece o endereço de várias revistas em linha, os catálogos do Sistema Integrado de Informação Bibliográfica da Universidade de Coimbra (SIIB/UC), da Biblioteca João Paulo II da Universidade Católica, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, das Universidades de Aveiro, do Minho e do Algarve.

Mesmo que não sejam localizados em catálogos, alguns documentos existem forçosamente em bibliotecas portuguesas, como teses defendidas em certas universidades, ou edições de câmaras municipais.

Relativamente à pesquisa bibliográfica em bibliotecas estrangeiras, mantém-se regular a consulta aos catálogos REBIUN, da rede das bibliotecas universitárias espanholas, SBN, o da British Library ou o da Universidade de Nova Iorque, e aos catálogos, individuais e colectivos das bibliotecas alemãs.

Destacam-se ainda as vantagens do Catálogo Colectivo de França, que, através de uma *interface* Z39.50, faz pesquisa simultânea, e localiza existências, no OPALE PLUS da BNF, no SUDOC das bibliotecas universitárias e num catálogo colectivo de bibliotecas públicas.

Quanto a custos, verifica-se que algumas bibliotecas gratuitas começara a cobrar – caso da Faculdade de Letras da Universidade do Porto ou da Universidade e Heidelberg, e outras aumentaram os seus preços, como a Universidade do Minho ou de Aveiro, ou Universidade Complutense de Madrid.

Têm aumentado os pedidos de bibliotecas não-cooperantes da PORBASE ao Serviço EI da BN.

Em 2003, destacamos pedidos de 13 bibliotecas municipais, das quais a de Portimão (9 pedidos), a de Moimenta da Beira (8), de Beja (4), Marco de Canavezes (3), Lagoa, Bragança e Loulé (2), Famalicão, Alcobaça,

Murtosa, Lousada, Abrantes, Caldas da Rainha (1).
Realçamos pedidos do Arquivo Histórico do Concelho de Abrantes (1) e do Arquivo Distrital do Porto (1).

Várias foram as bibliotecas universitárias e do ensino superior, igualmente não-cooperantes, que solicitaram documentos por EI em 2003, também em número de 13. Dessas, a que nos fez mais pedidos foi a Universidade da Beira Interior (13), biblioteca que em outras circunstâncias tem revelado um grande interesse pelo EI. Realçamos um caso interessante: o Hospital Pedro Hispano de Matosinhos fez-nos trinta pedidos.

Os anos de funcionamento de Serviço EI da BN revela, segundo gráfico, que o número de pedidos a outras bibliotecas decresce ligeiramente, e que o número de pedidos de outras bibliotecas cresce ligeiramente. Estes indicadores são sinal do melhor apetrechamento das bibliotecas universitárias e públicas e da melhor orientação dos leitores, bem como uma maior visibilidade do serviço em causa.

A evolução em curso demonstra assim que hoje um investigador português, do ponto de vista do acesso à informação, pode encontrar muito mais material na sua biblioteca universitária ou pública.

Mostraremos alguns gráficos resultantes do inquérito desenvolvido no projecto ei, os quais, na sua maioria, não foram seleccionados para comentário, mas que expressam evoluções significativas em curso, a respeito deste tipo de serviços, em bibliotecas portuguesas.

I - Começamos pela tipologia das 122 bibliotecas que responderam até meados de Setembro: cerca de 52% pertencem ao ensino superior e universitário (BES/U), 40% são bibliotecas públicas e municipais (BP/M), e 8% são “outras” (especializadas públicas e privadas).

II - Desse mesmo universo de 122, 45% - isto é, cerca de 55 bibliotecas - estão inseridas num catálogo colectivo, e as restantes, 55%, não estão inseridos em nenhum.

III - Das cerca de 55 bibliotecas que estão inseridas num catálogo colectivo, 56% pertencem à PORBASE, 37% estão inseridas em redes do ensino superior, e 4% em redes de bibliotecas públicas e municipais.

IV - Das 55% - cerca de 67 bibliotecas - não inseridas actualmente em nenhum catálogo colectivo, 87% - cerca de 58 bibliotecas - declararam a intenção ou o desejo de vir a estar inseridas em catálogos colectivos, e 12% admitiram não vir a estar integradas em tais catálogos.

V - Do universo inicial, das 122 bibliotecas, 75,4% - cerca de 92 bibliotecas - praticam o EI, e 24,6% não praticam o EI.

VI - Das cerca de 92 bibliotecas que praticam o EI, 70% - cerca de 63 bibliotecas - não tem regulamento, enquanto 27% tem regulamento.

VII - Das cerca de 92 bibliotecas que praticam o EI, 55% fazem-no só a nível nacional, 4% só a nível internacional, e 41% a ambos.

VIII - Dessas mesmas cerca de 92 que praticam o EI, 56% fá-lo com custos para o utilizador, e 44% sem custos para o utilizador.

IX - Quer desenvolvam ou venham a desenvolver a actividade, 88% das bibliotecas inquiridas tem interesse em fazê-lo de forma coordenada.

X - Das cerca de 92 bibliotecas que praticam o EI, 65,5% acharia conveniente desenvolver um sistema de pagamentos a nível nacional, enquanto 15% acham que não valeria a pena.

Acerca do conhecimento, por parte das bibliotecas que praticam o EI, dos documentos da IFLA relativos ao “Sistema de Vouchers”, “Modelo de Código Nacional de EI”, e “Empréstimo Internacional: princípios e directrizes de procedimento”, remetemos para os gráficos ainda disponíveis no âmbito do ei no portal da BN. Em termos gerais, mais de 65% não tem conhecimento desses parâmetros de referência.

Remetemos para o mesmo local da WEB se se quiser visualizar os gráficos que apresentam o resultado da resposta à pergunta acerca da posse, em caso de catálogos informatizados, de algum sistema de gestão de EI, ou algum sistema com possibilidade de implementar o Protocolo ILL. A resposta é surpreendente, mesmo com margens de erro relativas à eventual não compreensão das premissas, e à inclusão, nesse número, de bibliotecas que usam o Porbase.5. Com efeito, cerca de 40% responderam afirmativamente nos dois casos.

É de realçar a consciência revelada nestes gráficos, por parte de um número significativo de bibliotecas (57) das vantagens do trabalho em rede (**IV**).

É também significativo que dessas, cerca de 40 afirme praticar o EI sem custos para o utilizador.

O interesse em desenvolver esta actividade de forma coordenada, expressa por cerca de 107 bibliotecas, é sem dúvida uma nota positiva a respeito do próprio projecto ei.

O FUTURO DO EI SEGUNDO OS ESPECIALISTAS

Seleccionámos algumas previsões de peritos internacionais de EI que servem para ponderação e também como aviso, desde que se salvaguardem as diferenças de contextos.

A mais recente é a da Mary Jackson, já nossa conhecida, e expressa na última Conferência de Interlending & Document Supply da IFLA, realizada em Outubro de 2003 em Canberra, Austrália. (6)

Ela refere algumas tendências gerais, como por exemplo, o facto de o crescimento das expectativas do “utilizador de EI” ser mais rápido do que o melhoramento dos serviços. Outra tendência verificada é a da coexistência de serviços mediados de EI com serviços não-mediados, desencadeados pelo “utilizador-final”. O acesso crescente a recursos electrónicos está a obrigar as bibliotecas a enfrentar, nesse âmbito, questões de direitos de autor e de licenciamento no âmbito da edição electrónica. Está igualmente a fazer-se sentir a necessidade de otimizar os portais das bibliotecas no que respeita ao EI, enquanto se expande uma globalização generalizada, baseada em Protocolos de Internet.

Para além do Protocolo ILL, ela refere o Z39.83, que governa a comunicação entre duas aplicações de circulação, o Open Archives Initiative's Metadata Harvesting Protocol, que tem sido mencionado como alternativa à construção de catálogos colectivos físicos, e o Open URL, que normaliza a sintaxe para a transmissão de um pacote de metadados resolvendo o problema da cópia adequada.

Alguns aspectos críticos relativos ao futuro são apontados no artigo “The future of interlibrary loan and document supply: views and comments”, publicado em 2002 na revista mais importante deste sector (7).

Nesse artigo, a bibliotecária mexicana Elda-Monica Guerrero chama a atenção para as vantagens de serem negociados cuidadosamente os contratos com fornecedores de revistas electrónicas, a fim de serem evitados constrangimentos ulteriores ao fornecimento de artigos a outras bibliotecas, ou aos próprios leitores.

Mary Jackson realça as vantagens de ser implementado o “envio da mensagem relativa ao pedido” desenvolvida pelo Interlibrary Loan Protocol Implementators Group (IPIG) nas aplicações de gestão de ILL.

Para os bibliotecários envolvidos no ILL, diz ela, o trabalho evoluirá “para a avaliação do desempenho de fornecedores, para a monitorização de avanços tecnológicos destinados à gestão e à entrega de documentos, e para o fornecimento de dados aos especialistas do desenvolvimento das colecções”.

O dinamarquês Niels Mark alerta para o facto de o Parlamento e a Comissão Europeia terem publicado a Directiva 2001/29/EC (Info Sol – Directive) segundo a qual não é permitido o uso da tecnologia digital no empréstimo e fornecimento de documentos, “de acordo com as interpretações de alguns países europeus”.

Graham Cornish, o mentor das conferências especiais da IFLA de I & DS e do Sistema de Vouchers, apresentou, na 5ª Conferência Nórdica de ILL, em 2002, a comunicação “Does ILL have a future or is it too ill to survive?”(8).

Retiramos alguns tópicos eloquentes. Cornish considera falsa a ideia segundo a qual a tecnologia nos conduz numa linha recta de desenvolvimento. “O que a tecnologia frequentemente faz é ajudar-nos a reinventar situações que já existiam mas que estão agora prontas para a modernização”.

Atenção, diz ele, à vertente económica da digitalização, nomeadamente em países pobres: “As questões económicas da digitalização são complexas, e poderá não ser nem financeira nem tecnicamente desejável (e, com efeito, ser impossível) digitalizar colecções inteiras de monografias”.

Em alguns países criam-se projectos em torno do empréstimo interbibliotecas de monografias (9), sendo que para os seus promotores, um inglês e outro americano, ligados a consórcios de bibliotecas de investigação, as monografias permanecem, neste contexto, como o último reduto desta actividade. Neste caso, como em todos os outros, é relevante a consideração das áreas do conhecimento pesquisadas, e do tipo de comunidade que o projecto serve.

Estas previsões e avisos são conselhos no sentido de não serem tomadas decisões que comprometam as bibliotecas em caminhos irreversíveis e errados. Destacamos o cuidado a ter nos contratos com fornecedores de revistas electrónicas, as reservas de tipo económico a respeito da digitalização de monografias, as vantagens de contactos com o IPIG, a certificação acerca de eventuais restrições europeias acerca do uso de tecnologia digital para fornecimento de documentos, e a utilidade em otimizar a visibilidade deste tipo de serviços nos portais das bibliotecas.

EXPECTATIVAS DO PROJECTO ei

Também a BN se digitaliza

Todos os impressos digitalizados pertencentes à

Biblioteca Nacional Digital têm, no catálogo PORBASE, uma ligação para o respectivo endereço electrónico. Está concluída a digitalização das “reproduções integrais”, realizadas de 1998 a 2003 para cumprimento do ponto 2.3 do regulamento de EI da BN, que garantiram qualidade suficiente para o efeito.

Pode legitimamente então perguntar-se porquê tanta preocupação se está previsto que o futuro vai restringir o EI às monografias e aos poucos investigadores em ciências sociais e humanas – àqueles que sabem que não podem passar sem aqueles documentos especiais sem os quais as suas teses não serão elaboradas, documentos esses que nunca interessarão à maioria. Porquê então preocupar-nos com pessoas que não podem satisfazer-se com o acesso exclusivo às fontes electrónicas e aos e-books disponíveis?

Porque a realidade das bibliotecas portuguesas demonstra que há um longo caminho a percorrer, que resolva desde a falta de recursos humanos e técnicos, até outros projectos de âmbito inter-institucional, na consciência de uma debilidade económica que se reflecte na produção editorial, nomeadamente científica.

Servir a investigação em Portugal parece ainda ser uma causa fundamentada, que tem no EI uma resposta importante. Assim o dizem os utilizadores. O EI diz respeito, intrinsecamente, a uma mentalidade de partilha, vocacionada para o bem público.

De referir o caso da Dinamarca, que convidou em 2003 o inglês Peter Stubley a fazer um relatório acerca do planeamento de catálogos colectivos naquele país. É por vezes imprescindível um olhar exterior, que pode ser neutro e mais abrangente, na análise de situações complexas.

Em 1999, no seminário realizado pela Universidade de Aveiro, *Bibliotecas universitárias em consórcio*, Nigel Lodge falou de CHEST, um organismo que, em Inglaterra, serve de intermediário oficial entre as bibliotecas universitárias e os fornecedores comerciais de *software*, com competências na avaliação prévia dos sistemas, na negociação em condições especiais, e na uniformização de acordos de licenciamento (19). Falta em Portugal um organismo desta natureza.

Como se referiu, o interesse pelo EI, por parte de bibliotecas não-cooperantes, tem vindo a crescer. Este facto serviu de motivação acrescida para o projecto ei, sobretudo no caso das bibliotecas públicas, historicamente parceiras das bibliotecas nacionais em termos patrimoniais.

Face ao acesso generalizado e crescente das bibliotecas aos avanços tecnológicos, a procura de uma normalização mínima das práticas, no respeito pela liberdade de cada biblioteca, é apenas uma das facetas em que se pode ir trabalhando em conjunto nesta área. Outra será o indispensável conhecimento mútuo dos catálogos (mesmo que sobrepostos relativamente à PORBASE) e das respectivas regras de funcionamento. Para todas as bibliotecas, a normalização de práticas é uma mais-valia, em domínios de experiência como o EI, preparando o futuro para uns ou prolongando o presente para outros.

Com as bibliotecas mais adiantadas que a BN na implementação de módulos de gestão que integrem o Protocolo ILL, poderá criar-se uma parceria que tenha representação no Grupo de Implementação do Protocolo ILL (IPIG), de forma a garantir alguma força negocial face aos fornecedores comerciais – como a EpixTech

criadora do sistema Horizon – que também participam no IPIG, e sobretudo face aos intermediários. Note-se que actualmente, em virtude de mais de dez anos de trabalhos do IPIG, o Protocolo ILL já vai na sua terceira actualização. Que versão é fornecida pelos intermediários? Uma qualquer é suficientemente boa? Lançamos um apelo às bibliotecas que ainda não participaram, para que o façam, para assim todos podermos aprender e aprofundar a nossa cooperação.

NOTAS

- (1) [URL:http://liber.cib.unibo.it/aida/1.html](http://liber.cib.unibo.it/aida/1.html) (26-02-2004)
- (2) Lemos, Laura Oliva Correia; Macedo, Maria Clara – A cooperação entre as bibliotecas do ensino superior em Portugal: passado, presente e perspectiva futura. *Jornadas Porbase*, 11-12 Dez. 2003, Lisboa.
[URL:http://bnd.bn.pt/jornadas2003/docs/comunicacao/11manha/acooperacaoentreasbibliotecasdoensinosuperioremportugal.pdf](http://bnd.bn.pt/jornadas2003/docs/comunicacao/11manha/acooperacaoentreasbibliotecasdoensinosuperioremportugal.pdf)
- (3) Calixto, José António - Editorial: as bibliotecas públicas portuguesas face aos desafios da sociedade da informação. *Liberpolis : revista das bibliotecas públicas*, 2, 1999.
[URL:http://www.liberpolis.pt/revista/revista_1.htm](http://www.liberpolis.pt/revista/revista_1.htm)
- (4) International Lending and document delivery: principles and guidelines for Procedure
[URL:http://www.ifla.org/VI/2/p3/illdd.htm](http://www.ifla.org/VI/2/p3/illdd.htm)
- (5) Line, Maurice – What do National Libraries do in the age of Internet? *Ariadne*, 13.
[URL:http://www.ariadne.ac.uk/issue13/main/](http://www.ariadne.ac.uk/issue13/main/)
- (6) Jackson, Mary - The future of interlending. 8th *Interlending and Document Supply Conference*, 28-31 Out.2003,Canberra,Australia,Keynote Address. URL:
[http://www.nla.gov.au/ilds/abstracts/thefutureofinterlending.htm\(26-02-2004\)](http://www.nla.gov.au/ilds/abstracts/thefutureofinterlending.htm(26-02-2004))
- (7) Line, Maurice; Guerrero, Elda-Monica; Jackson, Mary; Mark, Niels; Sène, Henri; Waaijers, Leo – The future of Interlibrary Loan and document supply: views and comments. *Interlending & Document Supply*, 30,2, 2002, 60-65
- (8) Cornish, Graham - Does ILL have a future or is it too ill to survive? NVBF's conference on ill in a digital age: challenges – barriers – opportunities. 5th Nordic Interlending Conference, 3 – 5 Out 2002,Reykjavik,Islândia.
[URL:http://starfsfolk.khi.is/Nordill/Authors&Abstracts/FullGraham.htm](http://starfsfolk.khi.is/Nordill/Authors&Abstracts/FullGraham.htm)
- (9) Prowse, Stephen; Massie, Dennis – From traditional inter-library loan to a new interlending model – the role of the CURL monograph lending model. *Interlending & Document Supply*, 30, 3, 2002, 130-135
- (10) *Bibliotecas universitárias em consórcio*, Universidade de Aveiro, 1999.

[URL:http://rubi.doc.ua.pt/actividades/seminario/final/relatorio.htm\(28-02-2004\)](http://rubi.doc.ua.pt/actividades/seminario/final/relatorio.htm(28-02-2004))